

# INSTITUIÇÕES SOCIOEDUCATIVAS: DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM ESPAÇOS NÃO ESCOLARES<sup>1</sup>

Simone S. Marques Lages <sup>2</sup>

Julieta Ida Dallepiane<sup>3</sup>

Marta Estela Borgmann<sup>4</sup>

O presente trabalho traz uma reflexão sobre a atuação e formação do pedagogo em espaços não escolares, principalmente em relação à proposta pedagógica não escolar, identificando dificuldades e desafios em uma instituição de caráter socioeducativo onde a atuação do educador teve fins emancipatório e educativo.

Segundo Rocha, 2008 a Pedagogia Social não se refere somente à educação em suas formas tradicionais, ou à educação individual, mas também a educação do homem que vive em sociedade e se relaciona com outros. O educador social, assim denominado é o profissional Pedagogo que trabalha em instituições socioeducativas com crianças, jovens e adultos em vulnerabilidade social.

O relato apresenta a experiência vivenciada num projeto socioeducativo onde exerci a função de educadora, e devido a essas experiências foi fundamental pensar a formação enquanto docente em uma área do ensino pouco conhecida, mas ao mesmo tempo de muita importância para a escola, famílias e crianças que necessitam de um acompanhamento pedagógico na sua vida escolar. O principal objetivo da atuação era conhecer a criança, seu histórico familiar e escolar, a fim de possibilitar o desenvolvimento integral desse sujeito. Esses são saberes que fundamentam a prática criando uma nova perspectiva no campo da educação. Mais do que ensinar conteúdos, a prática torna-se significativa à comunidade e aos indivíduos, promovendo uma educação que considere os sujeitos em suas singularidades e sua realidade social. Sendo este um dos fatores que confirmam a necessidade de uma formação específica para o educador social.

Percebendo a importância de abordar e propor diálogos sobre a formação pedagógica voltada para o atendimento socioeducacional, foi fundamental pensar sobre

---

<sup>1</sup> Relato de Experiência em Instituição não-escolar

<sup>2</sup> Pedagoga formada no Curso de Pedagogia UNIJUI,

<sup>3</sup> Professora Mestre do Departamento de Humanidades e Educação – Curso de Pedagogia UNIJUI,

<sup>4</sup> Professora Doutora do Departamento de Humanidades e Educação – Curso de Pedagogia UNIJUI,

os sujeitos que fazem parte deste contexto e na influência que o atendimento pedagógico “não escolar” tem em seu desenvolvimento e suas aprendizagens. A partir desta apresentação nascem algumas inquietações, das quais é preciso debater e pesquisar, principalmente no que se refere a formação do educador que atende estes sujeitos em medidas socioeducativas.

É de grande importância pensar a formação e a atuação do profissional que atua no campo socioeducativo como educador social. Este relato é o resultado de um trabalho de conclusão de curso onde o foco de pesquisa esteve relacionado com minha atuação neste espaço como educadora social. O trabalho foi desenvolvido no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2016, foram 4 anos comprometida com a educação e a inclusão social, foi nesse tempo onde tive minhas primeiras experiências como educadora no apoio pedagógico. Momentos explorados através da minha atuação com crianças que estavam nos anos iniciais do ensino fundamental, que vivem em famílias sem instrução educacional, que muitas vezes não frequentaram a escola, e alguns casos ainda analfabetos, todas em situação de vulnerabilidade. Foram realizadas observações dos espaços, análises de minha atuação, bem como pesquisa bibliográfica e documental do projeto da instituição.

Segundo o Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica (CNE/CEB2015) há algumas concepções que se somam no sistema de atendimento socioeducativo, indicando a ausência de uma proposta de aprendizagem específica e ressaltando a carência da formação específica dos profissionais da educação que atuam nesse sistema.

As medidas socioeducativas em que os profissionais pedagogos podem atuar podem ser executadas em meio aberto -Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade, conforme dados do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. A instituição destacada neste trabalho tem perfil de prestação de serviço à comunidade, mas neste caso a instituição é considerada um órgão não governamental sem fins lucrativos e sem vínculos com órgãos municipais ou estaduais.

A instituição colaboradora tem como principal objetivo o atendimento sócio educacional de sujeitos na faixa etária de seis a dezesseis anos, buscando garantir os direitos destes sujeitos como a diminuição no enfrentamento de riscos sociais, melhoria no rendimento escolar e diminuição da evasão; a melhoria nutricional, resgate /ou fortalecimento de vínculos familiares, participação comunitária; desenvolvimento de competências; agregação de conhecimentos diversos, promoção de inclusão social e

ampliação do trabalho. Meu trabalho consistia em realizar um atendimento pedagógico individualizado, e em pequenos grupos, auxiliando nos trabalhos extracurriculares, com planejamento voltado para as atividades de maiores dificuldades na escola, geralmente relatados pela própria escola parceira deste programa.

A estratégia de atendimento foi baseada no grande número de crianças e adolescentes, considerados em estado de vulnerabilidade social, que residem nas regiões de periferia do município, onde está localizada a instituição. Nessa perspectiva, alguns resultados positivos já foram alcançados pelo setor sócio educativo neste local, como a frequência assídua na escola, melhoras significativas nas aprendizagens, resultando em melhor desempenho na escola e nas suas relações. Resultado também significativo para o reconhecimento da instituição pela comunidade onde está inserido, o que reflete em uma lista de espera de famílias e crianças que esperam uma vaga para ingressarem. Este atendimento é de caráter preventivo, objetivando a conquista dos direitos de crianças e adolescentes. A instituição está organizada oficialmente através de um documento de regulamentação do projeto, este tem o propósito de efetivar os direitos dispostos no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como, a efetivação dos direitos referentes a vida, saúde, alimentação e educação, esporte, lazer, profissionalização, a cultura dignidade e respeito, a liberdade e a convivência familiar comunitária.

A formação enquanto docente para este espaço precisa que constantemente práticas formativas de professores sejam repensadas e discutidas com base nas necessidades e exigências da sociedade contemporânea, pois diante das considerações já discutidas anteriormente, é necessário um processo formativo que considere e constitua um profissional com olhar diferenciado daquele que está em sala de aula da escola. Pensar esta formação é “ver” que educador e educando se interligam em uma rede, a qual constitui e constrói laços entre esses sujeitos, onde é preciso organizar um caminho para a aprendizagem de forma mais humana, singular, e nesse caminho o profissional passa a construir sua identidade, a qual deixa o “formato” escolar, e passa a considerar novas práticas e desafios, através de uma abordagem interdisciplinar, com um componente pedagógico que venha possibilitar as crianças e adolescentes o seu desenvolvimento acima de tudo educacional, mas também humano.

Para pensar a educação escolar dentro dos espaços socioeducativos, direcionados para uma educação que pressuponha a emancipação dos sujeitos através das lutas e da construção de conhecimentos a partir das práticas com e no mundo (FREIRE, 2011), é importante pensar o sujeito autônomo e protagonista, que compreende e reconhece o seu

lugar na sociedade, portador de deveres obrigações que o fazem possuidor de uma identidade. De acordo com a legislação (Lei 8.090/90 art.4 ECA) o atendimento socioeducativo deve ser realizado por meio de “ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte”, de acordo com os princípios do ECA. O profissional Pedagogo, ou educador social, é o profissional responsável pela educação neste setor (socioeducativo), é quem vai inserir a prática da educação em espaços não escolares, sejam eles, projetos de responsabilidade social em Instituições Privadas, em regime assistencial, semiaberto ou fechado, mas o grande enfoque aqui é pensar a qualificação e capacitação deste profissional. (ORTEGA, L.; SANTIAGO, N. 2008)

A partir das leituras, considerações feitas em observações e vivências na instituição da pesquisa, surgiram algumas questões à cerca das funções e da identidade desse educador não escolar, bem como sobre a formação e os desafios do educador que trabalha com crianças em medida socioeducativas. Como funções do educador social, as de cunho socioeducativo, relacionadas à comunidade, ao desenvolvimento de projetos comunitários, com a contribuição de vários profissionais, são trabalhos de vínculo pedagógico e sociais, dirigidos à atenção de problemáticas individuais, unidades familiares, ou da comunidade. São propostas que buscam alcançar crianças e adolescentes que se encontram em estado de vulnerabilidade social, constatado geralmente pela escola, com uma alta quantidade de faltas escolares, ou que por denúncias de históricos de descasos da família (como por exemplo crianças que “passam o tempo todo na rua” ou “mesmo em casa todo o tempo sozinha), sem ter um responsável, consideradas abandonadas ou negligenciadas. Mas ainda há casos em que as famílias solicitam o amparo do projeto socioeducativo e os procuram, para que auxiliem seus filhos na escola com o apoio pedagógico, ou quando a própria família entende que precisa de ajuda em relação ao desenvolvimento social da criança ou do adolescente, principalmente em relação aos comportamentos agressivos e quando se envolvem em situações violentas, para estes casos a parte assistencial faz encaminhamentos para um acompanhamento psicológico, profissional psicopedagogo e em alguns casos até exames neurológicos, todos gratuitamente para as famílias atendidas.

Muitos casos desses encaminhamentos foram feitos pela pedagoga do projeto, pois através das experiências que eu vivenciava com as crianças, eu relatava a ela, e desta forma analisávamos qual a melhor medida a ser tomada, mas o ponto de partida sempre foi conhecer a criança, suas relações familiares, seu histórico enquanto às atendia em suas

atividades extracurriculares. Momento que era preciso conhecer cada uma, conhecer sua história, ouvi-las sem “julgar”, para que pudessem compreender que aquele era seu espaço “seguro”, que poderiam ser ouvidas por pessoas que se importavam e fariam algo por elas, e nesta perspectiva compreendi da importância de “ver” a formação do profissional deste espaço de maneira diferente, não apenas como o educador que vê “mais uma criança que não aprende”, mas sim entender o que é necessário para a formação do educador para atuar neste campo.

Mesmo tendo todos esses recursos à disposição, ainda há famílias que procuram a ajuda da instituição, mas não se comprometem em manter estes acompanhamentos com a criança, o que dificulta a avaliação final, momentos que presenciei por fazer este acompanhamento com a criança, família e escola. Já em relação ao desenvolvimento educacional destes sujeitos, considerações são feitas através na avaliação do boletim da escola, de visitas domiciliares e a estas escolas, para que possam ser compreendidas as dificuldades de aprendizagem e ter uma ideia do rendimento da criança a partir do momento em que passou a ser atendido no projeto, se esse rendimento escolar obteve alguma melhora. Registro que demonstrou no ano anterior (2016) o resultado do projeto, com 93% de aprovação escolar, onde das 72 crianças atendidas apenas 3 reprovaram.

Mediante estas considerações ainda ressaltamos questões que se evidenciam nos objetivos da instituição como, construir um espaço de inclusão social, através de atividades extracurriculares, investigar e conhecer as condições de vida, numa análise histórico-cultural, fortalecer os vínculos familiares e sociais para uma melhor prática social, encaminhar para um atendimento multidisciplinar, desenvolver a autonomia da criança preparando-a para a vida.

Compreender a formação do atendimento pedagógico no setor social, requer compreende a realidade da criança atendida no espaço sócio educativo, percebendo suas necessidades de aprendizagem com um olhar diferente do compreendido pelo acompanhamento pedagógico escolar, onde a formação do profissional, pedagógica, atuante neste setor compete de forma diferente, trazendo para o atendimento sócio pedagógico o sujeito que precisa de uma educação assistencial. Onde o sujeito é visto como capaz que se relacionar com as pessoas e seu contexto social, de forma que esta relação é atuante na formação deste e na sua educação e transformação social.

E para este processo o pedagogo atuante no setor social precisa ser visto de forma diferente, principalmente em sua formação, que além de acadêmica, necessita ter bases nas próprias vivências, e práticas do cotidiano, que somam à sua bagagem de docência

construídas na educação “não-formal”, mas que são parceiras das escolas para diminuir os índices de defasagem escolar.

Assim, a educação social é um lugar de ação educativa impulsionada pelos direitos a serem conquistados e precisa de profissionais com formação adequada para o trabalho a que se propõe. As práticas como pedagogia social devem ser pensadas no sentido de que os sujeitos compreendam e sejam vistos em sua totalidade, onde as diferentes experiências de vida não sejam condicionantes das suas aprendizagens ou dificuldades.

**Palavras-chave:** Educação Não-Escolar; Pedagogo; Vulnerabilidade Social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho Nacional de Educação:** Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. 8/2015.

BRASIL/ SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Conselho Nacional dos Direitos Da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de atendimento Socioeducativo.** Resolução Nº 160, DE 18 DE NOVEMBRO/2013. Disponível em:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1556#pnas>. Acesso em outubro de 2016.

ORTEGA, L.; SANTIAGO, N. B. A atuação do pedagogo: que profissional é esse? **Pedagogia em ação** v.1, n.2, p. 1-122, ago./nov. 2009 - Semestral. Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/1080>> Acesso em: 03 de abr. de 2014.

ROCHA, Rita de Cássia Luiz da. **Pedagogia Social:** uma prática de educação não formal no CRAG/GUARAPUAVA: UNICENTRO, 2008.